Lição 7: A Prudência, a Principal Virtude nos Assuntos Humanos

> *Haverá, porém, também aqui certamente uma certa ciência arquitetônica. [1195]*
>
> *Ora, a política e a prudência são realmente o mesmo hábito, embora não sejam o mesmo quanto ao seu ser. [1196]*
>
> *Daquilo que diz respeito à cidade, uma parte é como que a prudência arquitetônica legisladora, e a outra, que se ocupa dos singulares, tem o nome comum de política. Esta última é ativa e deliberativa, pois o decreto é algo operável; por isso é como que o extremo (ou: os extremos). Por essa razão dizem que somente estes se ocupam dos assuntos civis, pois somente eles agem, à maneira dos trabalhadores manuais. [1197]*
>
> *Ora, parece que a prudência é sobretudo aquela que se ocupa de si próprio e de um só. E ela retém o nome comum, prudência; das outras, porém, uma é a econômica, outra a legisladora e outra a política, e destas uma é deliberativa e outra judicativa. [1199]*
>
> *Portanto, saber o que é vantajoso para si próprio será certamente uma certa espécie de conhecimento, mas comporta muita diferença. [1202]*
>
> *E parece que aquele que sabe e se exercita nas coisas que dizem respeito a si próprio é prudente, ao passo que os políticos se ocupam de muitas coisas. [1203]*
>
> *Por essa razão, também Eurípides diz: De que modo eu poderia ser prudente, eu que podia estar desocupado e, contado entre muitos, participar igualmente do serviço militar? [1204]*
>
> *Pois parecem ocupar-se de coisas supérfluas e fazer algo além do necessário. Com efeito, os homens buscam para si próprios o bem e julgam que devem fazer isto. Desta opinião, portanto, provém que estes sejam prudentes.*

> *Embora talvez não seja possível alcançar o bem de si próprio sem a economia nem sem a urbanidade. Além disso, de que modo se deve dispor as coisas que dizem respeito a si próprio permanece obscuro e deve ser examinado. [1206]*
>
> *Sinal do que foi dito é também que os jovens se tornam geômetras e instruídos e sábios em tais matérias, mas não parece que se tornem prudentes. A causa é que a prudência também versa sobre os singulares, que se tornam conhecidos pela experiência; ora, o jovem não tem experiência, pois é a quantidade de tempo que produz a experiência. [1208]*
>
> *Pois também isto alguém há de considerar: por que motivo um menino pode tornar-se matemático, mas não sábio ou físico. Será porque estas coisas se conhecem por abstração, ao passo que os princípios daquelas provêm da experiência? E estas os jovens não creem, mas apenas as repetem, ao passo que o que é aquilo de que trata a matemática não lhes é obscuro. [1209]*
>
> *Além disso, o erro na deliberação pode dar-se ou acerca do universal ou acerca do singular: ou porque todas as águas paradas são nocivas, ou porque esta água é parada. [1212]*
>
> *Ora, que a prudência não é ciência, é manifesto; pois ela versa sobre o extremo, como foi dito, porque o operável é de tal natureza. [1213]*
>
> *Alcançáveis (ou: atingíveis), portanto, pelo intelecto. Com efeito, o intelecto versa sobre os termos dos quais não há razão demonstrativa, ao passo que ela versa sobre o extremo, do qual não há ciência, mas sentido — não aquele dos sensíveis próprios, mas aquele pelo qual percebemos, nas matemáticas, o triângulo extremo; pois também ali há de parar. Mas este é antes um sentido do que prudência, embora daquela seja outra espécie. [1214]*
>
> *Ora, indagar e deliberar diferem, pois o deliberar é um certo indagar. [1216]*

1195. ***Haverá, porém, também aqui certamente uma certa*** etc. Depois que o Filósofo mostrou o que é, absolutamente, o principal entre todas as virtudes intelectuais, aqui mostra o que é o principal acerca das coisas humanas.

E primeiro mostra o seu propósito;

segundo, esclarece algo que dissera acima, ali: ***sinal, porém, disto é*** etc.

Acerca do primeiro faz três coisas;

primeiro propõe o que pretende;

segundo, esclarece o seu propósito, ali: ***ora, também a política*** etc.;

terceiro, exclui um certo erro, ali: ***e parece que aquele que acerca de si próprio*** etc.

Diz, portanto, primeiro que, embora no conhecimento das coisas humanas não consista a sabedoria que é, absolutamente, a principal entre todas, todavia há uma certa razão ou conhecimento arquitetônico, isto é, principativo e dominativo, aqui, isto é, no gênero das coisas humanas.

1196. Em seguida, quando diz: ***ora, também a política*** etc., esclarece o seu propósito, distinguindo as coisas que pertencem ao conhecimento das coisas humanas.

E primeiro distingue a política e a prudência;

segundo, determina acerca da política, ali: ***daquilo que diz respeito à cidade*** etc.;

terceiro, determina acerca da prudência, ali: ***ora, parece que também a prudência*** etc.

Diz, portanto, primeiro que a política e a prudência são o mesmo hábito quanto à substância, porque ambas são a razão reta das coisas a fazer acerca dos bens ou males humanos, mas diferem quanto à razão; pois a prudência é a razão reta das coisas a fazer acerca dos bens ou males de um só homem, isto é, de si próprio, ao passo que a política acerca dos bens ou males de toda a multidão civil; do que se vê que a política está para a prudência assim como a justiça legal está para a virtude, como foi dito acima, no quinto livro. Postos, porém, os dois extremos, entende-se o meio, a saber, a econômica, que é o meio entre um só homem e a cidade.

1197. Em seguida, quando diz: ***daquilo que diz respeito à cidade*** etc., determina acerca da política. E a distingue em duas partes, dizendo que daquele hábito que se ocupa de toda a cidade uma parte é como que a prudência arquitetônica, que se chama legisladora (pois se diz arte arquitetônica aquela que determina para as outras o que se deve fazer; por isso os príncipes que impõem a lei aos seus súditos estão, nas coisas civis, assim como os arquitetos nas coisas artificiais, e por isso a própria legisladora, isto é, a razão reta segundo a qual os príncipes estabelecem leis retas, se chama prudência arquitetônica), e a outra parte da política se chama, com o nome comum, política, a saber, aquela que consiste acerca dos singulares operáveis; pois as leis comparam-se às obras humanas assim como os universais aos particulares, como foi dito, no quinto livro, acerca dos justos legais. E assim como a legisladora é preceptiva, assim também a política é ativa e conservadora daquilo que é estabelecido pela lei;

1198. e isto é manifesto, porque a esta política executiva pertence o decreto: que não é outra coisa senão a aplicação da razão universal a algum particular operável, pois não se diz decreto senão acerca de algo operável; e porque todo operável é singular, daí que o decreto é de algum extremo, isto é, singular, que se diz extremo porque a partir dele começa o nosso conhecimento a proceder para os universais, e nele termina no caminho da descida; pode-se também chamar extremo o próprio decreto, porque é a aplicação da lei universalmente estabelecida ao singular operável. E porque essa executiva da lei estabelecida retém para si o nome comum de política, daí que só aqueles que executam as leis estabelecidas se dizem ocupar-se dos assuntos civis, porque só eles agem nas coisas civis assim como os trabalhadores manuais, isto é, os artífices manuais, nas coisas artificiais, e comparam-se aos legisladores assim como aos arquitetos.

1199. Em seguida, quando diz: ***ora, parece*** etc., trata da prudência.

E primeiro mostra o que se deve chamar prudência;

segundo, infere um certo corolário do que foi dito, ali: ***uma certa espécie, portanto*** etc.

Diz, portanto, primeiro que, embora a política, tanto a legisladora quanto a executiva, seja prudência, todavia parece ser sobretudo prudência aquela que se ocupa de um só, a saber, de si próprio. E tal razão governativa de si próprio retém para si o nome comum de prudência, porque as outras partes da prudência têm nomes próprios pelos quais são nomeadas;

pois uma delas se chama econômica, isto é, a prudência dispensadora da casa,

outra, porém, se chama legisladora, isto é, a prudência de estabelecer leis;

outra, por sua vez, é a política, isto é, a prudência de executar as leis,

e cada uma destas se divide em deliberativa e judicativa, pois é preciso, nas coisas a fazer, primeiro encontrar algo pela inquirição do conselho, segundo julgar acerca das coisas encontradas.

1200. Deve-se, porém, considerar que, como foi dito acima, a prudência não está somente na razão, mas tem algo no apetite; portanto, todas as coisas de que aqui se faz menção são espécies da prudência na medida em que não consistem somente na razão, mas têm algo no apetite; pois, na medida em que estão somente na razão, chamam-se certas ciências práticas, a saber, a ética, a econômica e a política.

1201. Deve-se também considerar que, porque o todo é mais principal do que a parte e, por consequência, a cidade do que a casa e a casa do que um só homem, é preciso que a prudência política seja mais principal do que a econômica e esta do que aquela que é diretiva de si próprio; por isso também a legisladora é a mais principal entre as partes da política e, absolutamente, a mais preeminente acerca de todas as coisas humanas a fazer.

1202. Em seguida, quando diz: ***uma certa espécie, portanto*** etc., infere um certo corolário do que foi dito. E diz que, visto que a prudência que se ocupa de si próprio é uma parte da prudência comum, segue-se que saber as coisas que são boas para si próprio, o que pertence a esta prudência, seja uma certa espécie de conhecimento humano, que comporta muita diferença, ou das outras espécies de conhecimento humano, ou por causa da diversidade das coisas que pertencem a um só homem.

1203. Em seguida, quando diz: ***e parece que aquele que acerca de si próprio*** etc., exclui um certo erro.

E primeiro o expõe;

segundo, apresenta a sua prova, ali: ***por essa razão, também Eurípides*** etc.;

terceiro, resolve, refutando o erro, ali: ***embora talvez*** etc.

Diz, portanto, primeiro que a alguns parece que só é prudente aquele que tem ciência e exercício acerca das coisas que pertencem a si próprio, ao passo que aqueles que são políticos não parecem ser prudentes, mas antes ocupados em muitas coisas, isto é, imiscuindo-se em muitas, a saber, naquelas que pertencem à multidão.

1204. Em seguida, quando diz ***por essa razão, também Eurípides*** etc., apresenta a prova do referido erro. E primeiro, na verdade, pelo dito do poeta Eurípides, que introduz alguém que milita por sua cidade dizendo o seguinte: De que modo eu seria prudente, eu que, isto é, a mim, podia estar desocupado, isto é, quando eu não tratasse dos meus próprios negócios, mas, estando contado entre muitos, participo do serviço militar igual a mim e aos outros?

1205. Segundo, ali: ***pois supérfluas coisas*** etc., apresenta uma razão para o mesmo. E diz que alguns dizem que os políticos não são prudentes, como que supérfluos, isto é, dedicando-se a coisas vãs, e como que fazendo algo além do que lhes diz respeito. Pois os homens, por causa do amor privado que desordenadamente têm por si próprios, buscam somente aquilo que é bom para si próprios e julgam que somente isto deve cada um fazer, a saber, aquilo que é bom para si. E desta opinião dos homens provém que só sejam prudentes aqueles que se dedicam aos próprios negócios.

1206. Em seguida, quando diz ***embora talvez*** etc., exclui este erro. E diz que o próprio bem de cada pessoa singular não pode existir sem a economia, isto é, sem a reta dispensação da casa, nem sem a urbanidade, isto é, sem a reta dispensação da cidade, assim como nem o bem da parte pode existir sem o bem do todo. Por isso é manifesto que os políticos e os econômicos não se dedicam a algo supérfluo, mas àquilo que pertence a si próprios.

1207. Contudo, a prudência política e econômica não bastam sem a prudência das coisas próprias, porque, uma vez retamente disposta a cidade e a casa, ainda permanece obscuro de que modo é preciso dispor aquilo que pertence a si mesmo; e por isso é preciso atender a isto pela prudência que se ocupa do próprio bem.

1208. Em seguida, quando diz: ***e um sinal disto*** etc., esclarece algo que foi dito acima, a saber, que a prudência não se ocupa somente dos universais, mas também dos singulares.

E a respeito disto faz duas coisas:

primeiro, mostra o que se propõe;

segundo, a partir disto compara a prudência à ciência e ao intelecto, ali: ***ora, é claro que a prudência*** etc.

Quanto ao primeiro, apresenta duas razões.

A respeito da primeira delas faz duas coisas:

primeiro, manifesta o que se propõe por meio de um certo sinal;

segundo, a respeito disto introduz uma certa questão, ali: ***porque também isto alguém*** etc.

Diz, pois, primeiro que um sinal daquilo que foi dito acima, a saber, que a prudência não se ocupa somente dos universais, mas também dos particulares, é que os jovens tornam-se geômetras e instruídos, isto é, instruídos nas ciências disciplinares ou matemáticas, e tornam-se sábios em tais coisas, isto é, atingindo a perfeição e o termo dessas ciências; não parece, porém, que um jovem se torne prudente. A causa disto é que a prudência se ocupa dos singulares, que se tornam conhecidos por nós pela experiência; mas o jovem não pode ser experiente, porque para a experiência se requer muito tempo.

1209. Em seguida, quando diz: ***porque também isto*** etc., levanta a respeito disto uma questão, a saber, por que o menino poderia tornar-se matemático, mas não pode tornar-se sábio, isto é, metafísico, ou físico, isto é, filósofo natural. E a isto responde, quanto ao filósofo natural, que estas coisas, a saber, as matemáticas, são conhecidas por abstração das coisas sensíveis, das quais há experiência, e por isso não se requer muito tempo para conhecer tais coisas; mas os princípios das coisas naturais, que não são abstraídos das coisas sensíveis, são considerados pela experiência, para a qual se requer muito tempo.

1210. Quanto à sabedoria, acrescenta que os jovens não creem, isto é, não atingem com a mente, as coisas sapienciais, a saber, as metafísicas, ainda que as digam com a boca; mas, a respeito das matemáticas, não lhes é obscuro o que uma coisa é. A razão disto é que as noções das matemáticas são de coisas imagináveis, ao passo que as coisas sapienciais são puramente intelectuais; os jovens, porém, podem facilmente apreender aquilo que cai sob a imaginação, mas àquelas coisas que excedem o sentido e a imaginação não chegam com a mente, porque ainda não têm o intelecto robusto e exercitado para tais considerações, quer por causa da pouca idade, quer por causa das muitíssimas mudanças da natureza.

1211. Haverá, pois, aqui uma ordem apropriada de aprender, a saber, que primeiro os meninos sejam instruídos nas coisas lógicas, porque a lógica ensina o método de toda a filosofia;

segundo, devem ser instruídos nas matemáticas, que nem precisam de experiência nem transcendem a imaginação;

terceiro, nas coisas naturais, que, ainda que não excedam o sentido e a imaginação, requerem contudo experiência;

quarto, nas coisas morais, que requerem tanto experiência quanto um ânimo livre das paixões, como se estabeleceu no primeiro livro;

quinto, nas coisas sapienciais e divinas, que transcendem a imaginação e requerem um intelecto robusto.

1212. Apresenta a segunda razão ali: ***além disso, o erro*** etc. Foi dito, com efeito, que a obra do prudente é deliberar bem; ora, no deliberar acontece errar de dois modos,

de um modo, a respeito do universal: por exemplo, se é verdade que todas as águas paradas são nocivas;

de outro modo, a respeito do singular: por exemplo, se esta água é parada;

portanto, é preciso que a prudência seja diretiva tanto a respeito dos universais quanto a respeito dos singulares.

1213. Em seguida, quando diz: ***ora, é claro que a prudência*** etc., compara a prudência, segundo o que foi dito antes,

primeiro, com a ciência;

segundo, com o intelecto, ali: ***a ciência e a prudência têm alguma afinidade*** etc.

Diz, pois, primeiro que, a partir do que foi dito, é manifesto que a prudência não é ciência; pois a ciência é dos universais, como se estabeleceu acima, ao passo que a prudência é do extremo, isto é, do singular, porque é do operável, que é singular; e assim fica claro que a prudência não é ciência.

1214. Em seguida, quando diz: ***a ciência e a prudência têm alguma afinidade*** etc., compara a prudência ao intelecto.

E primeiro mostra a convergência;

segundo, a diferença, ali: ***mas indagar*** etc.

Diz, pois, primeiro que tanto a ciência quanto a prudência são suscetíveis, ou atingíveis segundo outra versão do texto, do intelecto, isto é, têm alguma coesão com o intelecto, que é o hábito dos princípios. Foi dito, com efeito, acima que o intelecto é de certos termos ou extremos, isto é, dos princípios indemonstráveis, dos quais não há razão, porque não podem ser provados pela razão, mas imediatamente se tornam conhecidos por si; esta, porém, a saber, a prudência, é do extremo, a saber, do singular operável, que é preciso tomar como princípio nas coisas a fazer; e desse extremo não há ciência, porque não é provado pela razão, mas dele há sentido, porque é percebido por algum sentido, não, na verdade, por aquele pelo qual sentimos as espécies dos sensíveis próprios, por exemplo, da cor, do som e coisas semelhantes, o qual é o sentido próprio, mas pelo sentido interior, pelo qual percebemos as coisas imagináveis, assim como nas matemáticas conhecemos o triângulo extremo, isto é, o triângulo singular imaginado, porque também ali, isto é, nas matemáticas, se para em algum singular imaginável, assim como também nas coisas naturais se para em algum singular sensível.

1215. E a esse sentido, isto é, ao interior, pertence mais a prudência, pela qual se aperfeiçoa a razão particular para estimar retamente a respeito das intenções singulares dos operáveis; por isso também os animais brutos que têm uma boa estimativa natural são ditos participar da prudência; mas daquele sentido que se ocupa dos sensíveis próprios há uma certa outra espécie aperfeiçoadora, por exemplo, uma certa perícia de discernir cores e sabores e outras coisas semelhantes. E assim a prudência converge com o intelecto nisto: em ser de algum extremo.

1216. Em seguida, quando diz: ***mas indagar*** etc., mostra a diferença entre a prudência e o intelecto. Com efeito, o intelecto não é indagativo, ao passo que a prudência é indagativa, pois é deliberativa. Ora, deliberar e indagar diferem como o próprio e o comum; pois deliberar é um certo indagar, como se disse no terceiro livro.

Revision #2
Created 11 October 2026 19:06:30 by Admin
Updated 17 October 2026 12:16:27 by Admin